

Pela ética da felicidade

OS SISTEMAS econômicos são só aparentemente neutros. Porque seus princípios básicos, seus fundamentos essenciais derivam de uma certa visão do homem, raramente explicitada, mas sempre fortemente subentendida. Derivam, em outras palavras, de uma ética.

ATÉ AS reformas recentemente introduzidas na China de Deng Xiaoping e na União Soviética de Mikhail Gorbatchov, os sistemas econômicos da atualidade eram apenas dois: a economia de mercado e a economia do Estado.

HOJE, essa divisão não é mais adequada, porque a simetria entre os dois sistemas não é mais perfeita. A Assembléia Nacional do Povo, na China, aprovou, em sua reunião anual de abril último, uma emenda à Constituição que admite a economia de mercado, para suprir as deficiências da economia de Estado do figurino marxista original; enquanto isso, a União Soviética via entrar em vigor lei do Soviete Supremo que determina a responsabilidade dos gerentes das fábricas pelos resultados financeiros e pela adaptação da produção às exigências do mercado.

O SIGNIFICADO mais profundo dessa evolução é ético; e tem paralelo numa outra evolução, no campo da organização do Estado, faz hoje cerca de 40 anos. O regime marxista-leninista, que então rendeu sua homenagem a uma invenção liberal, ou "burguesa", a democracia, introduzindo no vocabulário político as democracias populares, hoje leva seu preito ao sistema econômico de mercado. Por

quê? Porque lhes reconhece o valor: reconhece o grau ótimo de satisfação social que ambos são capazes de gerar, exaurida a longa experiência de sistemas contrários e constatado seu alto custo social.

HÁ UMA ética na economia de mercado, a que assim se rende a economia de Estado. E o que mais deseja a livre iniciativa no Brasil é que nossos Constituintes sejam, afinal, capazes de reconhecê-lo, a tempo de recuar de sua institucionalização do corporativismo (com a manutenção da unicidade e do imposto sindical e com supostas outorgas de direitos à revelia do empenho do trabalhador por conquistas), de sua consagração das reservas de mercado e de um capitalismo cartorial e de sua fatídica confusão entre responsabilidade social e fortalecimento estatal — se nossa Constituição vai ser promulgada como deveria ser: como uma promessa de desenvolvimento futuro e de redução das desigualdades.

HÁ UMA ética na economia de mercado e poderíamos chamá-la, com propriedade, de ética da felicidade: é direito fundamental do homem a procura da felicidade; a procura, pois, e conquista, de seus interesses. Não é a quantidade de bens, muito menos de bens materiais, que vem à frente, numa escala de prioridades: bens em quantidade, a economia de Estado é também capaz de produzi-los. O que vem primeiro, na economia de mercado, é a maneira de se conseguir tais bens, premiando o engenho, a dedicação pessoal ao

trabalho, a iniciativa e a ousadia. Porque vem primeiro a própria qualificação do bem: é bem aquilo que atende aos interesses do homem — entre os quais o interesse em ser livre e dono de si.

JÁ A economia de Estado desqualifica eticamente o homem, ao considerá-lo incapaz daquilo que a Constituição americana lapidamente estabeleceu — the pursuit of happiness. Desqualifica-o, porque identifica a iniciativa econômica com a iniciativa política e porque reduz a política ao Estado.

O BRASILEIRO do futuro, condicionado ao atual projeto de Constituição, dificilmente será mais rico, com a reedição do exclusivo metropolitano dos tempos coloniais — as reservas de mercado — e do estanco — os monopólios estatais ampliados. E precisaria urgentemente ser mais rico, com 86% da população economicamente ativa ganhando mensalmente de zero a cinco salários mínimos; e com um salário mínimo que o Movimento Nacional pela Livre Iniciativa julga com uma palavra só: insulto.

MAS sobretudo dificilmente será mais feliz: Governo mais poderoso, a título de protetor que seja, é povo mais infantilizado e mais inibido; é povo sem manifestação de desejos e sem assumir interesses. A Constituinte escolherá entre a ética otimista da felicidade, predicado da economia de mercado, e a ética pessimista que arrola como pecado original da Humanidade a liberdade individual e o interesse, junto com o preço de sua satisfação, o lucro.